



Diálogos impertinentes: a mimesis de Luiz Costa Lima e a filosofia da diferença

Impertinent Dialogues: Luiz Costa Lima's Mimesis and the Philosophy of Difference

Roberto Alexandre do Carmo Said

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil
robertosaid@uol.com.br

<http://orcid.org/0000-0002-6827-3852>

Resumo: Este artigo visa estudar as linhas de força do projeto intelectual de Luiz Costa Lima, a fim de analisar como sua teoria sobre a mimesis se insere no questionamento epistemológico acerca de uma filosofia da literatura, com contribuição decisiva para se examinar os modos e as condições com as quais o discurso literário pode ser pensado na modernidade. Tomo como ponto de partida o diálogo travado pelo crítico brasileiro com o pensamento pós-estruturalista, mais especificamente, os dois ensaios por ele elaborados acerca da filosofia antirrepresentacional de Gilles Deleuze. Parto da hipótese de que, tomada sob a lógica da reivindicação da diferença, entendida seja em um prisma político-cultural, seja em um prisma ontológico, independentes, mas complementares, a antropologia literária de Costa Lima não se revela um projeto isolado no cenário de pesquisas contemporâneo acerca da literatura.

Palavras-chave: mimesis; representação; diferença; ficção.

Abstract: This article aims to study the strengths of Luiz Costa Lima's theoretical project, in order to analyze how the debate on mimesis, created by him, participates in contemporary epistemological questioning, with a decisive contribution to thinking about the modes and conditions with which literary discourse can be enunciated in modernity. The starting point is the dialogue carried out by the Brazilian critic with post-structuralist thinking, more specifically, the two essays he elaborated regarding Gilles Deleuze's anti-representational philosophy. The hypothesis is that, considered under the logic of claiming difference, understood either in a political-cultural prism or in an ontological prism, independent but complementary, Costa Lima's literary anthropology does not reveal itself as an isolated project in the contemporary research scene that has literature as its central object.

Keywords: mimesis; representation; difference; fiction.

1. Um origami?

Este, em suma, foi o tabuleiro em que tive de jogar o meu xadrez de teórico da literatura. Ou seja, várias linhas de pensamento confluíam sobre mim e faziam soar suas profundas divergências.

(Luiz Costa Lima)

A obsessão intelectual de Luiz Costa Lima em questionar o estatuto da mimesis tal como fora consagrado na tradição equívoca da *imitatio*, que a subordina a um modelo, promove um reposicionamento dos termos do debate teórico acerca da literatura, dentro e fora do Brasil. No curso de 4 décadas, suas pesquisas, sem abandonar as matrizes conceituais, insistem em demonstrar a potência criadora da mimesis, na contracorrente do reducionismo e do desprestígio a que ela foi histórica e teoricamente relegada. A extensa e produtiva *démarche* inicia-se em *Mimesis e modernidade* (1980) que, sob a inspiração da obra clássica de Erich Auerbach, discute a noção de mimesis na cultura grega antiga, mas com a disposição de repensá-la contemporaneamente em suas relações com a representação social, ao empreender uma leitura cerrada de poéticas fundadoras da modernidade literária: Baudelaire, Rimbaud, Mallarmé, Valéry e Eliot. De um lado, Costa Lima aborda dialogicamente a constituição, as lacunas e a fortuna da noção clássica, de outro, questiona-se se ela teria conhecido, de fato, seu esgotamento com a recusa do referente e da subjetividade, igualmente fomentadas pela revolução poética iniciada no século XIX. À crise da representação e à dissociação da mimesis, entendidas pelo autor como decorrentes do próprio desenvolvimento do capitalismo, ele propõe a distinção de duas categorias operatórias:

[...] para que o produto que não segue os parâmetros da mimesis de representação – que não se apoia ou apenas minimamente em algum dado externo – possa despertar uma significação é preciso que o receptor apreenda seu significado pela análise de sua produção. Neste caso, o Ser já não é seu lastro prévio, mas o que advém, o seu ponto de chegada. E, se identificamos o Ser com o real, diremos que próprio da mimesis de produção é provocar o alargamento do real. (COSTA LIMA, 2003, p. 170).

A divisão em mimesis de representação e de produção – “o dismantelo da mimesis de representação termina por formular outra mimesis” – não apenas atualiza a potencialidade da noção aristotélica, ao “fazer o apenas possível transitar para o real” (COSTA LIMA, 2003, p. 179) nas obras que não se apoiam diretamente em um dado externo, como considera a participação ativa do receptor, tendo em vista os vazios da obra literária, como condição de ser do produto mimético. Não mais cativo à lógica da duplicação, o mimema produz, contudo, uma dimensão do real negado ou desfeito, ainda que esse real seja apenas um possível. Nesse agenciamento teórico, a mimesis aciona um circuito de comunicação social em que o reconhecimento da matéria referida se trama sob a tensão constitutiva entre similitude e dissimilitude, entre uma semelhança, “que funciona como o precipitador do significado que nele se aloca” e uma diferença, “que não cabe naquele significado e, então, permite a variação interpretativa” (COSTA LIMA, 2003, p. 71). A diferença, sem corresponder a um elemento real, configura-se como uma sintaxe cujo movimento demanda uma operação semântica do leitor para garantir sua significação, que é potencialmente variável no curso de sua história.

Considerado pelo próprio autor como o *début* de sua autonomia reflexiva, a delimitação de sua *persona* intelectual, tendo assinalado uma virada teórica que implica o afastamento do estruturalismo de Lévi-Strauss, o livro de 1980 encerra, em diferentes níveis de elaboração, problemas que se mantêm ativos e recebem futuros desdobramentos nas pesquisas de Costa Lima.

No turno seguinte, composto pela série de obras hoje reunidas na *Trilogia do controle* (2007), o autor investiga como se estabelece na emergência do mundo moderno, justamente no momento de *revival* da *Poética* aristotélica, a primazia do entendimento da mimesis como imitação, com sua senha normativa e disciplinadora, da qual decorre o veto à ficção.¹ A hipótese lançada, ao articular os dois conceitos, mimesis e ficção, é que a constituição da individualidade moderna e de uma razão universal desenrolam-se, da renascença ao romantismo, paralelamente aos

¹ Já em *Mimesis e modernidade*, lançado em 1980, o autor a reconhecia a necessidade de investir seus esforços na ficcionalidade: “Esta conclusão torna pois forçoso o desenvolvimento, aqui não praticado, do conceito de ficção e de seu papel nas sociedade humanas como agenciador do imaginário. Ele contudo será comprometido se simplesmente der lugar a uma reflexão estética.” (COSTA LIMA, 2003, p. 81)

mecanismos difusos de controle exercidos, sob os regimes dominantes da igreja, do estado e da ciência, sobre a faculdade da imaginação, no campo da experiência estética. O controle do imaginário, que cruza o Atlântico para ganhar novas raízes em solo sul-americano, tem um substrato estético e político e cultua, por assim dizer, a imitação como modo de domesticação. Ele obsta, atravanca ou mesmo impede, com sua ação microfísica e camaleônica, o reconhecimento de obras do imaginário, isto é, aquelas que não resultam da percepção ou da elaboração conceitual.

Ao contrário da lição de Auerbach, que busca estabelecer uma base meta-histórica para o conceito de literatura, trilhando uma via de mão única para a mimesis, Costa Lima volta-se para os imaginários culturais, ao compreender que o “objeto é captado a partir de uma rede que não é inventada individualmente, mas que se impõe a cada um como condição para sua socialização” (COSTA LIMA, 2007, p. 5). Contíguo ao pensamento de W. Iser, o teórico brasileiro parte do pressuposto de que o discurso ficcional é elaborado e recebido a partir das imagens compartilhadas que articula, mas com o propósito de definir sua própria trilha: acoplar a tematização do imaginário ao reexame e realimentação da mimesis, isto porque a proscrição da mimesis se deve antes a razões de ordem histórica do que a seu esgotamento interno. A ficção, como forma culminante da mimesis, incita forças dispostas a neutralizá-la, à medida que ela promove uma suspensão dos critérios de verdade vigentes. À indagação teórica, Costa Lima enlaça uma indagação política. O discurso mimético estabelece diferenças, de conteúdo e alcance variáveis, frente às realidades institucionalizadas em cada formação histórica, sendo que a diferença se afirma frente a um horizonte de expectativas de semelhança. Nesse terreno, estudos posteriores à *Trilogia* (2007) dedicam-se a explorar os conceitos de controle e de imaginário, comparam acepções positivas e negativas do controle, seja como lei geral da cultura, seja como poder, visto não existirem sociedades sem controle, assim como tratam de circunscrever a consolidação do romance moderno no mapeamento realizado.²

² Refiro-me às obras *Vida e mimesis* (1995), para as dimensões positivas e negativas do controle, e *O controle do imaginário & a afirmação do romance* (2009), para a história moderna do gênero.

Tomadas em conjunto, as pesquisas acerca da mimesis resultam da busca de Costa Lima, no campo de estudos literários, de “uma lógica do sensível que não se encerrasse no texto”, mas que se mostrasse não só em inter-relação com sua comunidade, como até mesmo contendo a chave de compreensão de sua posição perante o mundo” (COSTA LIMA *apud* BASTOS, 2010, p. 133). A consideração do leitor na equação, a partir da estética da recepção e do efeito, age com um fundamento teórico sobre o qual se concebe a ideia de uma mimesis com efeitos comunicacionais, já não exclusiva do eixo produtor ou dependente da percepção. Para que se produza diferença, diz o teórico, torna-se necessário a participação ativa dos agentes do processo de comunicação, de modo que a atualização do imaginário realizada pelo receptor suplemente a atualização do imaginário autoral. A semelhança, por sua vez, entendida como uma base de redundância necessária, age como um mediador sem o qual não seria possível converter a experiência em representação. Como afirma Schwab (1999, p. 118), “criando símbolos e sistema simbólicos, que conformam e organizam o real de um modo significativo e coletivamente acessível, a mimesis ocupa uma posição de transição entre o sujeito e o seu mundo, entre o interior e o exterior”.

Trabalhos recentes questionam, nessa mesma direção, o conceito dominante de representação fundado na separação cartesiana sujeito-objeto, segundo a qual o ato de representar decorre de uma equivalência entre uma cena primeira, empírica e uma cena mental, subjetiva, posto que para o teórico, o objeto não seria exatamente externo ao sujeito, mas algo que se define a partir da imagem construída desse objeto, cuja dinâmica ele denomina representação-efeito. Nessa ótica, o controle do imaginário decorre, como um resultado negativo, de uma representação-efeito. Nas pesquisas da última década, a mimesis é abordada em um campo expandido, para além do estético, conforme observa Aline Magalhães Pinto (2019).

Toda a tarefa de repensar a mimesis – recentemente concebida como um “impulso para a identidade”, “busca da identidade subjetiva” ou ainda por meio da comparação entre “ficção interna” e “ficção externa” – tem evidentes consequências “práticas” ou, melhor dizendo, “operatórias”, à medida que direciona o domínio analítico de Costa Lima, levando-o a resolver, no corpo a corpo com a obra literária, a equação entabulada teoricamente com a mimesis (cf. SUSSEKIND, 1999). Resolução que o indispõe com procedimentos críticos vigentes, os quais, calcados na suposta

transparência das relações entre experiência estética e o juízo a ela referente, propõem leituras calcadas em juízos determinantes, isto é, arbitrários. São predominantemente leituras com orientação sociológica, as quais ajustam a análise e, por conseguinte, a canonização das obras, a valores político-sociais ou, no *limite*, a uma filosofia da história ou da arte, previamente definidas. A partir de indagações recorrentes ao pensamento kantiano, presente em toda a trajetória, com destaque para leituras recentes da “Terceira crítica”, Costa Lima pontua que “as faculdades da razão e do juízo são capazes de oferecer apenas juízos reguladores”, enquanto que para a crítica interessada na experiência estética seria preciso um “juízo de reflexão” (COSTA LIMA, 2014, p. 19). A tarefa do crítico que deseja se afastar tanto da normatividade quanto do imanentismo não deve se exercer sobre a obra, mas na própria obra, a partir da expansão e das possibilidades abertas por ela, como meio de reflexão. Esse posicionamento lança Costa Lima em rota divergente de todo projeto crítico de cunho essencialista que almeja, direta ou indiretamente, uma “ciência do poético” destinada a definir, ainda que num campo marcado por diferentes modulações teóricas, a literariedade ou a função do literário. Na linhagem da filosofia crítica, adotada por LCL, a análise literária toma como núcleo o “vazio irremediável, porquanto não desvelado, senão pela criação do próprio objeto de arte” (COSTA LIMA, 2013, p. 308). Nesses termos, desdobrados da crítica kantiana, “diante de um objeto de arte, a experiência estética implica tomar-se a sintaxe como espera e intervalo que, provisória e contingencialmente, antecede sua (re)ocupação semântica” (COSTA LIMA, 2013, p. 309).

Se é verdade que o “pacote teórico da mimesis” se coloca como uma alternativa local à crítica imanentista, de um lado, e à crítica sociológica, de outro, ambas dividindo as atenções dos estudiosos de literatura no Brasil na segunda metade do século 20, não se pode desconsiderar que essa escolha crie fortes dissonâncias em relação à instituição acadêmica brasileira, com a inclusão dos pesquisadores da área que, adeptos de uma tradição apenas analítica, minimizam ou simplesmente recusam a necessidade de se discutir conceitualmente a ficção. Distante da tradição nomeada por Costa Lima como “documental-nacionalista”, bem como das “poéticas do texto” derivadas das vanguardas artísticas, da virada linguística e do culto ao estranhamento que as acompanha; crítico dos estudos culturais na mesma medida que dos desconstrucionistas; colocando-se como uma

espécie de leitor-forasteiro das tradições literárias europeias, o pesquisador caminhou contra o vento, colecionando polêmicas, enfrentando muitas vezes o “silêncio hostil” de alguns de seus pares renomados, enquanto construía sua complexa e notável “antropologia literária”.

Não se pode obliterar o fato de que esse empenho em teorizar desafie justamente à má-formação do campo intelectual brasileiro, cuja “existência precária” fora por ele caracterizada.³ Trata-se de um sistema balizado por uma cultura “auditiva”, historicamente fiadora de uma tradição do palco, da tribuna e do verbalismo inflamado, mais afeito ao impressionismo retórico, apropriado para o processo de legitimação e auto-encantamento da classe letrada, que ao debate e ao confronto de ideias. Nessa tradição, que cultivava a erudição-de-doutor e o estilo empolado, a persuasão estaria dissociada do entendimento, e a reflexão intelectual submissa ao legado e, sobretudo, aos modismos dos “centros” dominantes.

Vale ainda ressaltar que esses movimentos do “xadrez teórico” de Costa Lima, para me valer da imagem da epígrafe, parecem engendrar uma espécie de mecanismo de leitura-escrita, com o qual ele formata e processa um plano singular de pensamento e interlocução em seus textos, ao longo dos anos. Leitores assíduos da obra já notaram, por certo, a repetição de uma estrutura-mestre, textual e argumentativa, uma “voz de argumentação”, com seu rigor quase matemático, mas cuja lógica ou *inventio* parece ser a de quem deseja (ou simula) refletir enquanto escreve. O volume abundante de obras de Costa Lima, que ao contrário de outros pesquisadores, opta por expor publicamente cada etapa de sua reflexão teórica, mantendo-a em permanente estado de progressão, talvez seja mais um indicativo a demonstrar o intento de construir, perante o olhar do leitor, seu pensamento.

Trata-se de um modo de pensar por conta própria, mas no qual nunca está realmente sozinho, ainda que suas companhias sejam temporárias ou apenas parciais. A frase retirada de uma discussão específica – “É pelo próprio choque das formulações que esperamos avançar” (COSTA LIMA, 2013, p. 311) – pode ser tomada como uma máxima do dispositivo que aqui procuro descrever. Nessa “solidão povoada”, todos os autores e conceitos convocados, no confronto de ideias que se desenha em seus trabalhos, são

³ Sobre o sistema intelectual brasileiro conferir, principalmente: “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil” (*Dispersa demanda*, 1981), “A crítica literária no Brasil de agora” e “Nosso país, será isso mesmo?” (*Frestas*, 2013).

dispostos em uma conversação que, sendo antes de tudo autorreflexiva, expõe a definição alheia, suas condições de produção, examina seus limites e a validade para o projeto em curso, conjugando paráfrase e comentário. O desejo de clareza, válido como um imperativo tanto para os procedimentos analíticos adotados quanto para a escrita, embora nem sempre seja por ela alcançado, vale-se de uma mescla da exposição das metas de cada artigo, capítulo ou livro, com o acompanhamento fiel ao texto e às proposições do outro, devidamente decantados com exemplos de cenas prosaicas e uma certa ironia corrosiva, muitas vezes irritada, que se coadunam, por sua vez, com o pretendido tom baixo, refratário a frases altissonantes e a imagens engenhosas. A sedução, ou talvez a contrasedução, que o texto irradia passa longe do estilo ornamental de uma crítica acomodada à figuração e fluidez literárias. As questões lançadas aos interlocutores – historiadores, filósofos, críticos, ensaístas, escritores, artistas – após a montagem e a exposição do quadro, apresentam-se como a consequência ou desdobramento (que se apresenta como) verificável de um (contra)argumento passo a passo elaborado, com o leitor participando de cada lance, como se ele tivesse acesso aos “bastidores” da escrita, tudo corroborando para evidenciar o debate em pauta e, claro, a serviço do convencimento do leitor. A esse respeito, são visíveis a olho nu todas as preferências e discordâncias, assim como as dificuldades encontradas pelo autor. Frequentes, nas incontáveis páginas de sua obra, são frases como “Minha primeira dúvida já se manifesta”, “Nenhuma dessas tentativas é convincente” ou outras de teor semelhante (COSTA LIMA, 2013, p. 292, 306).

O uso preferencial da primeira pessoa do plural, que não se limita a um efeito retórico, arremata a parceria almejada com o leitor: “Adivinha-se onde queremos chegar?”; ou como em outras tantas vezes com um discurso dirigido à condução do percurso: “Aproximemos o que aí se diz do que só se desenvolverá adiante” (COSTA LIMA, 2007, p. 779), “Vejam se a brecha é promissora” (COSTA LIMA, 2013, p. 262). A cada etapa do texto, o plano é retraçado sob o prisma de um “juízo de reflexão”; as dúvidas e insuficiências são lançadas à mesa, como se aspirassem revelar, conforme a lógica maior, o movimento do pensamento-texto: “Se bem o entendemos, o pensamento é o seguinte” (COSTA LIMA, 2007, p. 781). A arbitrariedade notada tantas vezes no deslocamento de um autor a outro, estabelecendo cortes ou abrindo “links” na exposição, ainda que mantenha a coerência do

debate em curso, revela não apenas o vasto repertório disposto e consultado, como também a força de uma intuição agindo nas amarrações.

Longas e complexas discussões conceituais com “adversários” teóricos não são descartadas, mesmo quando culminam em duras avaliações, visto servirem como instrumentos para Costa Lima criar conexões ou correções decisivas para seus próprios conceitos, ainda que o pensador examinado não as autorize ou mesmo as insinue, sobretudo quando o que está em curso é a tentativa de uma “aproximação formal” no campo estético.

Sem deixar de polir as engrenagens desse dispositivo, que institui a leitura como autorreflexão das práticas e teorias instituídas, formulações recentes articulam a discussão sobre a mimesis à concepção moderna de sujeito, para tratar de suas manifestações para além do campo da arte, de modo a configurar a dimensão mimética do pensamento, bem como o fato de ela pressupor a procura reflexiva de uma identificação. A tensão constitutiva da mimesis em seu trânsito da semelhança para a diferença parece encontrar argumentos e substratos tanto na economia do desejo e da pulsão freudianos quanto na lógica da metáfora, examinada sobretudo na esteira de Hans Blumenberg.

O empreendimento em todas suas facetas vasculha nada menos que a história literária ocidental, examinando obras de diferentes nacionalidades e campos do conhecimento. Da cultura grega clássica ao mundo moderno, de Platão a Baudelaire, de Sêneca a Kant, passando por Alberti, Kafka, Borges, Guimarães Rosa e Sebastião Uchoa Leite, teorizando sobre as diferentes proscricções relativas à mimesis e a seus correlatos. Não se trata, contudo, de uma investida historiográfica, de cunho revisionista. A genealogia da mimesis realizada por Costa Lima, ainda que se instaure numa perspectiva diacrônica, é menos histórica que teórica e assenta-se justamente nos cruzamentos entre o estético e o histórico, entre o literário e o político, conduzindo o pensador a um arranjo filosófico-antropológico.

A coerência e a sinuosa continuidade do projeto no curso dos anos, vista hoje do retrovisor, não decorre, contudo, de um planejamento sistemático e calculado no qual “o passo seguinte fosse de algum modo preparado pelo anterior”, conforme esclarece o próprio pensador. A retroalimentação promovida em cada novo livro instaura um ritmo de vaivém, cujo avanço se dá por suplementos, com abertura de novas questões ou com o desdobramento de antigas, para as quais se vale da incorporação

de textos e autores até então desconhecidos ou antes incogitados, muitos deles com declarada rejeição à mimesis. Com a obra de Costa Lima estamos diante de um origami interminável, em que cada dobra alcançada não conclui a figura, sempre em processo, e cada dobra desfeita ou refeita não perde seu antigo vinco sobre o papel. A frase formulada em entrevista por Costa Lima, é verdade, destinada a outros fins, parece também servir para elucidar sua trajetória: “o sentido histórico é algo que se dá e não algo que se cumpre.” (COSTA LIMA, 2010, p. 271).

2. A diferença

A força da hipótese pode estar apenas em sua capacidade de concorrência com outras hipóteses.

(Hans Blumemberg, 2011, p. 122)

Tomada sob a lógica da “reivindicação da diferença”, entendida seja em um prisma político-cultural, seja em um prisma ontológico, independentes, mas complementares, a antropologia literária de Costa Lima não se revela um projeto isolado no cenário contemporâneo, como o próprio autor leva a crer. Se, de Heidegger a Paul de Man, de Michel Foucault a Lyotard, passando pelos projetos de Gilles Deleuze e Jacques Derrida, a diferença torna-se um operador conceitual dominante para o campo das humanidades nas últimas décadas do século 20, ela não me parece menos relevante para o teórico brasileiro. Diferença, cisão do sujeito, problematização da identidade unívoca, crítica à subjetividade moderna, ao platonismo, à percepção e a todos os congêneres daí derivados não deixam de ser, para além de palavras de ordem do pensamento teórico e filosófico contemporâneo, termos e problemas centrais na teorização de Costa Lima, a despeito de sua insistência em reafirmar, em diferentes oportunidades, a existência de dissonâncias incontornáveis com os “desconstrucionistas”. O debate da mimesis, ao reunir fios da estética da recepção aos da filosofia antropológica de Blumenberg, passando por Iser, pela obra kantiana e por Freud, não delinea, como sugere Benedito Nunes, uma crítica à razão moderna? Não esteve sempre no horizonte de Costa Lima a indagação, formulada em diferentes etapas de seu trabalho, a respeito do que seria a

diferença na experiência estética? Sua obra não participa por outras vias da crítica à metafísica do sujeito moderno? Com um giro na leitura, não poderia dizer que o empreendimento teórico de Costa Lima se aproxima, como intento, do pós-estruturalismo, ao apostar no valor indeterminado da noção de mimesis, fazendo-a deslizar para fora das definições e enquadramentos históricos? Repensar a mimesis não significou justamente a “desconstrução” da evidência do conceito, esvaziando-o de sua conotação metafísica, para negar e afirmar sua potência?

Como se sabe, o teórico brasileiro não se furtou à tarefa de firmar uma conversa crítica com a recente filosofia francesa com a qual o debate teórico e político sobre a diferença se condensa e se dissemina. Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Michel Foucault e Jacques Rancière, entre outros, são dispostos em seu tabuleiro teórico e alçados à condição de interlocutores. Há, por exemplo, dois textos em que ele aborda diretamente a obra de Deleuze. Tomo-os agora como objeto de análise. Parto da hipótese que aposta na fricção entre dois sistemas distintos de pensamento como estratégia para articulações teóricas, sem desconsiderar as divergências estruturais que os separam, a fim de identificar as principais objeções de Costa Lima à filosofia da diferença deleuziana. Em seguida, traço algumas considerações a respeito.

O primeiro texto, elaborado em 1984 e hoje integrante da *Trilogia* (2007), detém-se na leitura de *Diferença e repetição* (2000), obra clássica dentro da linhagem pós-estruturalista, enquanto o segundo, inserido em *Mimesis desafio ao pensamento*, embora se dirija às leituras que o filósofo francês realiza do intrigante escrivão de Melville, reunidas em “Bartleby, ou a fórmula”, e da pintura de Francis Bacon, em *Lógica das sensações*, percorre uma série de noções e obras deleuzianas. Nos dois casos, Costa Lima visa apreender, por meio da influente perspectiva do filósofo, a episteme antirrepresentacional configurada desde o romantismo e reelaborada, mais tarde, com o pensamento das vanguardas, na qual se define a recusa da referencialidade e, por conseguinte, o “desterro da mimesis”.

O teórico brasileiro seleciona e comenta escritos, no primeiro ensaio sobre Deleuze, de artistas-críticos modernos (Apollinaire, Huidobro, André Breton, Paul Klee e Marcel Duchamp), em que identifica, embora reconheça as diferenças tanto das propostas quanto do talento especulativo dos cotejados, as linhas de força catalizadoras das vanguardas, a saber, a crítica

à verossimilhança, ao figurativo e à representação, bem como a defesa de uma expressão individual irreduzível, atrelada à meta de desautomatização dos sentidos. Ele, assim, avalia o afastamento do referente formulado na estética moderna:

[...] o questionamento dos referenciais tem como pano de fundo a sensação vivida pelo artista de que, enquanto artista, só poderia ultrapassar os obstáculos oriundos de uma sociedade fundada no princípio do lucro mediante a exploração de áreas expressivas estranhas ou antagônicas àquela em que se move o homem comum. (COSTA LIMA, 2007, p. 775).

As reflexões críticas dos artistas em pauta evidenciam o programa imanentista das vanguardas e a tradição da negatividade que os acompanha, mas revelam também, conforme observa Costa Lima, a presença, difundida em todos eles, de resíduos essencialistas, seja sob a ideia de uma “natureza superior” (Apollinaire), seja sob um “solo original” (Klee), seja ainda com um “fundo abissal (Breton). Além disso, comum a todos os analisados, o fato de minimizarem ou mesmo descartarem, sem a consideração dos riscos aí implicados, a reflexão sobre a circulação social dos objetos criados, numa direção que, manifestando nítido antagonismo contra as expectativas e a linguagem comuns, intensifica o divórcio com o público, já devidamente anunciado em Baudelaire. Estariam amparados numa ideia de representação que examina apenas o polo autoral, enquanto Costa Lima, atento ao efeito que se inscreve na tessitura da obra e se atualiza com o receptor, entende que “o que se põe à nossa frente – o objeto, o fenômeno – está menos diante de nós do que se pensa; o que está diante já nos chega modelado por nossa expectativa. A bem dizer, algo não se põe diante de nós, senão que é nossa expectativa que o põe” (COSTA LIMA, 2007, p. 780). Por essas razões, a mimesis não se amolda ou se afasta exatamente da realidade, mas de uma concepção de realidade, de uma realidade imaginada, por assim dizer.

No último tópico do capítulo “Um conceito proscrito: mimesis e pensamento de vanguarda”, como um desfecho da análise encetada, o pensamento de Deleuze acerca da diferença é, então, abordado como uma espécie de “desdobramento filosófico” exemplar das lições de subversão da arte de vanguarda e de Nietzsche, as quais o conduzem ao abandono da representação e da figura do eu. A hipótese central é que a plataforma das

vanguardas encontraria uma sobrevida, com sofisticação teórica, na obra do professor de história da filosofia da Sorbonne. Nos termos de Costa Lima, “a crítica da representação é fundamental para Deleuze porque ele a tem por tributária do privilégio que a ontologia ocidental atribui, desde Platão, à identidade do conceito” (COSTA LIMA, 2007, p. 798). Ao colocar em marcha seu *modus operandi*, o teórico brasileiro apresenta e comenta os principais conceitos de *Diferença e repetição* (2000), inserindo-os no ambicioso projeto deleuziano de reversão do platonismo, para assinalar a impossibilidade de um acordo entre esse e o seu próprio projeto, já que para o filósofo francês a representação estaria indissoluvelmente ligada à centralidade do eu. Com efeito, “o primado da identidade, qualquer que seja a maneira como esta é concebida, define o mundo da representação” (DELEUZE, 2000, p. 8).

Costa Lima discorda fundamentalmente dessa ideia de representação de Deleuze, pois a considera demasiadamente estática, preferindo entender a noção, na esteira de André Green – um psicanalista, aluno de Lacan, evocado no ensaio pelo crítico – como um processo, visto ser o real um espaço dinâmico, “um terreno cambiante de diferença”, para valer-me da expressão utilizada. Descartar as representações em prol da repetição e da diferença, como faz Deleuze, conduziria à paralisia do pensamento. Ademais, não lhe parece pertinente examinar a diferença em si mesma, como uma diferença ontológica, fora das formas de representação que a induzem ao mesmo e a caracterizam como o negativo. Ao contrário, o crítico vê nessa proposta a sobrevivência de uma ideia de essência, tal qual a identificada nas obras de artistas-críticos da modernidade, embora ela seja repelida discursivamente pelo filósofo.

Ao retomar a obra de Deleuze, anos mais tarde, dedicando-lhe um capítulo em *Mimesis: desafio ao pensamento* (2014), Costa Lima expande o debate com a estética antirrepresentacional, mantendo suas discordâncias centrais, mas as alinhando em outro tom, já anunciado na abertura do texto, quando diz lidar com “o mais formidável adversário a nosso intento” (COSTA LIMA, 2014, p. 235). O ponto de partida é o estudo sobre o escrivão de Melville, Bartleby, cuja curiosa história apontaria, segundo o filósofo, para a abolição da referência – o que reativa a senha vanguardista contrária à representação, como procura demonstrar o teórico brasileiro, com o auxílio de Rancière:

Em Deleuze, a obra sempre se subordina, em última instância, a uma fórmula: uma operação material que realiza a materialidade de um texto. Tal fórmula ‘declara a ruptura da literatura como tal com o sistema representativo, de origem aristotélica, que sustinha o edifício das belas-letas. Em seu lugar, mostra-se uma potência desligante – o estilo, segundo a formulação flaubertiana, ‘a maneira absoluta de ver as coisas’ (RANCIÈRE *apud* COSTA LIMA, 2014, p. 238).

O desabono da representação se amplifica, assim como suas consequências, na interpretação deleuziana da obra de Francis Bacon, realizada em *A lógica das sensações* (2007), na qual se propõe a separação conceitual entre o figurativo e o figural, como meio de distanciamento do modelo representacional-orgânico de arte. Os “resíduos” de representação presentes na obra do pintor inglês antes confirmam que relativizam a crítica ao código ótico, segundo o qual a mão ainda se submete à vista.

As críticas de Costa Lima concentram-se, nessa segunda empreitada dirigida ao filósofo francês, na primazia por ele conferida à filosofia da arte que governa e conduz seu olhar analítico, atribuindo arbitrariamente aos objetos artísticos uma função, elegendo a partir daí um cânone, um tipo de romance (o norte-americano ou o russo), um personagem, como Bartleby, do qual se vale para afirmar sistematicamente seus próprios fundamentos. A discordância é então resumida, em tom amistoso: “resta entretanto o fato de que a interpretação de um dos grandes filósofos contemporâneos iluminou a arte à medida que estimulava uma normativa, atitude que, na estética, o criticismo kantiano parecera haver abolido” (COSTA LIMA, 2014, p. 245). Embora reconheça a relevância da arte na constituição do pensamento deleuziano, Costa Lima contesta a adoção de um critério arbitrário para a apreciação crítica, o que não ressaltaria senão a autoridade do filósofo e criaria, ao contrário do que se propaga na filosofia da imanência, uma lógica excludente. Além disso, ao interditar as representações, o filósofo interdita a tematização da experiência intersubjetiva, comprometendo a própria existência do sujeito. No lugar do sujeito unívoco, no lugar do “primado do eu”, Deleuze coloca, na avaliação de Costa Lima, o próprio filósofo. E, ao correlacionar as questões de ordem estética com as de ordem política, o teórico desfere seu xeque-mate:

Se concordamos que faz parte do pensamento manter aberto o espaço para sua própria contestação, não deveremos ainda concordar que a prática das exclusões é um óbice ao próprio pensamento? [...] Ainda quando medíocre, o mundo humano é mais amplo que o pensamento que apenas valoriza a si próprio. (COSTA LIMA, 2014, p. 246).

O veredito implacável que reafirma a “incompatibilidade” entre os dois projetos, não oculta, no entanto, uma tensão que atravessa todo o texto de Costa Lima. Reconhecimento, recusa total, ponderação, acertos indicados, acordos entrevistos e logo depois negados dão o tom da exposição, sobretudo no que diz respeito ao debate da mimesis, seja quando o crítico cogita uma concessão ao filósofo – “Em vez de inequívoca condenação, aí poderia mesmo estar uma abertura preciosa, a mimesis, desde a mais passiva não se esgota no campo da percepção” (COSTA LIMA, 2014, p. 248) –, seja sob a conjectura abonadora de que Deleuze se refere apenas à mimesis antiga:

[...] seríamos igualmente arbitrários se negássemos importância à abordagem que discutimos [...] reconhece-se o impacto da indagação deleuziana na determinação dos limites da mimesis clássica. Ela é ainda relevante na tematização de zonas que permanecem invisíveis para uma lógica racionalista do sentido. (COSTA LIMA, 2014, p. 248).

Além de apontar a validade da crítica deleuziana para as versões dominantes de mimesis e razão, o teórico brasileiro observa com pertinência que a intolerância do filósofo com a ideia de representação não elimina de sua análise a referencialidade. Ele, assim, formula a questão: “que significa a desreferencialização, a abolição do representacional, senão a postura indireta, implícita, não diretamente formalizada, de uma outra referencialidade, de uma outra representação, ainda que múltipla e rizomática, concebida por outros parâmetros?” (COSTA LIMA, 2014, p. 245). E talvez esse seja um dos pontos de interesse da querela teórica, posto que toda a leitura deleuziana de Melville, penso eu, não perde de vista o horizonte histórico do século 19, do qual destaca a figura do “homem esmagado e mecanizado” das grandes metrópoles, figura que reaparecerá, mais tarde, não apenas em Kafka, mas também no “homem sem qualidades” ou sem particularidades de Robert Musil (DELEUZE, 1997, p. 86). O que está em inquirição para

o francês são as estranhas relações entre um advogado e seus funcionários copistas, entre eles Bartleby, transcorridas em um escritório de contabilidade em Wall Street, em pleno desenvolvimento da sociedade de controle. É da caracterização imediata desse homem como um “homem do futuro”, homem do proletariado ou do novo mundo que Deleuze, ao indicar a quebra do duplo sistema de referências da linguagem levada a cabo por Bartleby, se afasta. Isto porque a narrativa não repete unidades modelares, nem cumpre as expectativas de um romance de formação: “Tudo começa com um romance inglês, em Londres e de Dickens” (DELEUZE, 1997, p. 89), mas o andamento da narrativa turva as imagens de identificação (sociais, psíquicas, romanescas etc.), sugeridas e, logo, descartadas, carregando-as de incertezas. Já não estamos, com Bartleby, diante do sujeito da racionalidade instrumental moderna.

E, para lidar com essa suspensão imposta pelo copista, cujo comportamento não se esclarece com a lógica nem tampouco com a psicologia, o filósofo arremata: “não se trata de mimesis, porém de devir”, ainda que o devir seja inseparável da experiência do signo (DELEUZE, 1997, p. 90). A esse respeito, em *Diferença e repetição* (2000) se pode ler: “Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, de núpcias entre dois reinos” (DELEUZE, 2000, p. 8). Não se trata, para o filósofo, de negar o “eu” ou a intersubjetividade, mas justamente de lhes negar um âmago estável, metafísico e *aprioristicamente* definido, que pudesse ser recuperado por uma representação calcada na identidade ou na semelhança.

É notório, como indica Costa Lima, que o filósofo não considera a dimensão conflitante e provisória da mimesis, embaralhando-a com a noção de representação, concebendo ambas dentro da tradição clássica e metafísica e, por essa razão, descartando-as conceitualmente, mas isso se dá porque ele as submete às exigências de uma jurisdição imitativa e moralizante, que recusa a diferença ou a classifica como negatividade. Não operam, os dois pensadores aqui em análise, com a mesma noção de mimesis.

Deleuze recusa ler a narrativa de Bartleby como reflexo de uma identidade ou de uma totalidade substanciais, pressupostas como sua verdade. Ainda assim, não se trata de uma compreensão formalista do objeto literário. Mesmo com sua mirada extemporânea, o filósofo não perde de vista que a novela de Melville seria, antes de tudo, uma narrativa cujo

lastro é o capitalismo norte-americano, mas ocorre que o referente em causa decorre de uma concepção de história distinta da que move Costa Lima: “O que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estado de coisas, mas o acontecimento em seu devir escapa à história”. A história não é experimentação, ela é apenas o conjunto das condições quase negativas que possibilitam a experimentação de algo que escapa à história (DELEUZE, 1992, p. 210).

Não deixa de ser sugestivo, nesse embate, que a leitura do escrivão sugerida de passagem por Costa Lima, com outros operadores, não esteja em desacordo com a de seu oponente teórico: “quem é o pobre copista senão um mimethés que se recusa a permanecer a serviço da engrenagem?” (COSTA LIMA, 2014, p. 242), chegando mesmo a compará-lo, como o filósofo, aos personagens kafkianos.

O impasse, aqui esquadrinhado, poderia, no entanto, encontrar alternativas em obras e formulações de Deleuze não exploradas pelo crítico. Refiro-me, por exemplo, aos “processos de subjetivação” que designam a operação pela qual indivíduos ou comunidades se constituem como sujeitos, à margem dos saberes constituídos e dos poderes estabelecidos. Seria oportuno, nessa direção, ler contrastivamente as noções do *je fêlé* deleuziana com a de sujeito fraturado de Costa Lima, tendo em vista como pensam, cada um a seu modo, a contingência do humano. Diante da recusa deleuziana de um sujeito transparente, a que corroboraria para seu aniquilamento, o pensador brasileiro opõe a noção do sujeito fraturado, o qual “não é tão só aquele que não centraliza as representações segundo o modelo do cogito, mas o que não tem acesso à verdade substancial, privilegiada pela metafísica” (COSTA LIMA, 2014, p. 241). Na impossibilidade de levar adiante essa leitura e para o maior rendimento da empresa comparativa retomarei meus comentários concernentes às objeções do pensador brasileiro ao francês.

3. *En passant*: capturas⁴

O xadrez é efetivamente uma guerra, porém uma guerra institucionalizada, regrada, codificada, com um fronte, uma retaguarda, batalhas. O próprio do *go*, ao contrário, é uma guerra sem linha de combate, sem afrontamento e retaguarda, no limite sem batalha: pura estratégia, enquanto o xadrez é uma semiologia.

(Gilles Deleuze, 1997, p. 9)

Deleuze, desde os seus trabalhos sobre Nietzsche, no início dos anos de 1960, ensaiava modos para a constituição de uma filosofia da diferença em detrimento de uma filosofia da representação, tendo o eterno retorno como paradigma e condição de possibilidade.⁵ Em “Como reconhecer o estruturalismo?”, artigo elaborado em 1967, na véspera da publicação de *Diferença e repetição* (2000), o pensador francês se coloca como participante do movimento em questão, na medida em que o considera um processo em permanente mudança. Ao atender ao convite de François Châtelet para escrever uma espécie de texto-verbete para uma obra de história da filosofia do século 20, Deleuze, na prática, descumpra a tarefa imediata para apresentar uma versão à sua maneira do que seria um potencial pensamento estruturalista. O texto não “descreve” ou explica o estruturalismo em conformidade com as expectativas do gênero encomendado, mas, ao contrário, elabora um exame original sobre a noção de estrutura, indicando sete critérios formais para reconhecê-la, tratando-a como se ela já moderasse sua própria crítica. Vale-se, para tanto, das ressonâncias existentes entre autores distintos, basicamente, Lévi-Strauss, Foucault, Lacan e Althusser, que a colocam em prática em seus respectivos trabalhos.

⁴ No jogo de xadrez, quando um peão se movimenta duas casas em seu primeiro lance, passando para o lado de um peão adversário, esse outro peão tem a opção de capturá-lo assim que ele passar, sem se mover. No entanto, esse lance precisa ser executado na rodada seguinte ou ele já não poderá ser capturado.

⁵ Duas observações complementares: a) a noção de diferença é estudada por Deleuze desde o decênio de 1950, como se pode notar com a reunião de seus primeiros textos em *A ilha deserta e outros textos* (1953-1974), edição organizada por David Lapoujade; b) em função dos temas desenvolvidos em seus últimos trabalhos, a filosofia deleuziana passa a receber também designações genéricas de “filosofia do virtual” ou filosofia da multiplicidade.

Se o estruturalismo ocupa-se em reconhecer a gramática a partir da qual discursos particulares se manifestam, se visa estabelecer as constantes fundamentais, isto é, a base operacional que lhes serve de plataforma e codificação, Deleuze, por sua vez, define a estrutura como a condição necessária para “a transformação da coisa”, e não como uma forma de representá-la. A estrutura deve conter em si sua metamorfose, posto que ela “assegura a diferenciação dos termos e dos efeitos” (DELEUZE, 1977, p. 258). Uma estrutura econômica, por exemplo, não existe pura, a priori, mas sim recoberta por conjunto de relações jurídicas, sociais, políticas, ideológicas em que se atualiza, e apenas se deixa entrever, isto é, ela só pode ser lida, a partir desses efeitos: “a estrutura é em si mesma um sistema de elementos e de relações diferenciais; mas diferencia igualmente as espécies e as partes, os seres e as funções em que se atualiza” (DELEUZE, 1977, p. 258). No lugar de unidades encobertas e recorrentes que seriam anteriores ao discurso, a estrutura é entendida como caminho para a diferença.

Para o filósofo, o estruturalismo reconhece para além do real e do imaginário – cujas relações não devem ser entendidas nem por oposição nem por complementaridade – o simbólico. E só há estrutura do que é linguagem, incluindo a linguagem não-verbal, e ela não reporta nem a uma essência nem a realidades preexistentes. Isso “significa que precisamos de diferenças que aparecem na interação linguística entre significado e coisa, antes que possamos separar deles a estrutura”, segundo James Williams, comentador a quem recorro para explorar o texto (WILLIAMS, 2005, p. 87).

O ensaio destinado à historiografia de Châtelet já anuncia assim as formulações presentes em *Diferença e repetição* (2000), que se apresentam, antes de tudo, como uma crítica à representação e à identidade, intrinsecamente enredadas. E, além disso, parece também oferecer elementos para o debate aqui proposto. Creio, salvo engano, que essa articulação entre estrutura e diferença proposta por Deleuze não pareceria estranha ao teórico brasileiro, para quem a diferença se produz a partir do instante em que a operação mimética se vale de uma relação de similaridade. Não deixa de ser relevante que o primeiro esteja interessado, como o segundo, em investigar qual seria a relação entre a estrutura e o mundo do qual se supõe que ela seja uma condição, a fim de estudar o sentido como o efeito de funcionamento da estrutura. Tal como repensada por Deleuze, a noção de estrutura parece conter movimento similar ao proposto por Costa Lima para a mimesis. A

ênfase conferida pelo filósofo é também relacional, mas não exatamente centrada nas relações entre coisas e ideias ou coisas e linguagem, mas nas relações entre as séries de relações. O que importa no jogo das relações não é que A seja correlato a B, mas que a estrutura A-B seja diferente da estrutura A-B-C (WILLIAMS, 2009, p. 90).

São ainda relevantes, para o estudo comparado aqui proposto, questões de ordem teórico-metodológicas suscitadas com o artigo, pois, na leitura de Deleuze, o pós-estruturalismo seria a transformação do estruturalismo e não sua negação. Como se sua proposta, na contracorrente da demanda, não pensasse senão como o estruturalismo corrente naqueles anos se ligaria a seu projeto filosófico. É exatamente por isso que ele pode dizer, recorrendo a seu léxico particular, que a estrutura é uma multiplicidade ou uma virtualidade. Entendo que a liberdade que ele se concede para definir a estrutura, conduzindo o conceito para a constituição de seus próprios problemas, seria antes uma decisão epistemológica, um modo singular de conceber o pensamento filosófico, uma outra “imagem do pensamento” do que uma arbitrariedade.

Para Deleuze, a filosofia não se constitui como uma metalinguagem do conhecimento, encarregada de elucidar os procedimentos de um outro discurso ou filósofo, a fim de legitimá-lo ou apontar-lhe as incongruências. Ela se assenta em contatos, articulações, agenciamentos e alianças com outros objetos e domínios alheios, incluindo os não-filosóficos. A elaboração de um conceito é resultado de uma aliança, de uma atividade sobre a matéria alheia. O filósofo é criador de conceitos – ideia que atualiza, sem dúvida, conforme observação de Costa Lima, o lema vanguardista. O pensamento filosófico constrói-se por apropriação e captura, como um pintor que explora as “colagens”, a partir das quais pode falar em seu próprio nome, usando o nome do outro, como no discurso literário, de acordo com observação de Roberto Machado (2009).

Ao entender a filosofia numa ótica construtivista, a tarefa seria criar conceitos e traçar um plano, sendo o plano de imanência o solo onde os conceitos podem se elaborar, circular e se confrontar com os demais conceitos: “Eu faço, refaço e desfaço meus conceitos a partir de um horizonte movente, de um centro sempre descentrado, de uma periferia sempre deslocada que os repete e os diferencia” (DELEUZE, 2000, p. 9). O movimento interpretativo deleuziano decorre de um agenciamento,

justamente por isso não se trata de identificar ou contaminar o objeto literário com os conceitos que informam (orientam) de antemão o crítico, mas de formular os próprios conceitos em aliança com o objeto. Vale notar, como modelo exemplar dessa forma de captura, que a primeira grande abordagem literária realizada por Deleuze, *Proust e os signos* (2003), já anuncia, ao discutir as relações entre signo e sentido, as proposições centrais da crítica à representação construída “filosoficamente” em *Diferença e repetição* e que encontraria novas ancoragens em *Francis Bacon: lógica da sensação* a partir da estética do pintor anglo-irlandês.⁶

Vem do escritor da *recherche* a possibilidade conceitual ou, melhor dizendo, desenrola-se em uma via dupla à medida que se toma o objeto artístico ou literário na vizinhança da teoria como espaço para produção de conceitos. Em última instância, os conceitos são retirados de seu contexto e utilizados como operadores, independentemente das inter-relações conceituais próprias do sistema a que pertencem. A filosofia da arte antirrepresentacional, tal como Costa Lima a denomina com acerto, é claramente movida a partir de uma perspectiva, de um interesse que promove torções em seus objetos, mas não se trata de determinar discricionariamente os conteúdos dos objetos analisados, mas sim, nos casos abordados pelo teórico brasileiro, de construir conceitos apoiada no estudo das diferentes modulações da crítica à representação já presentes e atuantes na arte moderna, de Melville a F. Bacon, passando por Proust, Klee, Kafka, entre outros.

Esses procedimentos de abordagem da “experiência estética”, pautados na interpretação que se lança em sintonia com a obra de arte, embaralhando os “discursos da forma” (arte) com os “discursos da significação” (teoria e crítica), não poderiam ser mais desconformes aos praticados por Costa Lima. Embora seus trabalhos empreendam uma crítica à razão moderna, e, como os de Deleuze, sejam contrários à concepção hegeliana de arte, com seus derivados, o pensador brasileiro não endossa a ideia da “ficção como *poiesis* produtora de diferenças”, para me valer da expressão de Hansen (1999, p. 183). Herdeiro da tradição kantiana, Costa Lima preconiza o questionamento das premissas do pensamento, tal como se instaura na tradição filosófica, bem como a “descontaminação” do crítico em relação a seu objeto. As leituras que apostam na transitividade entre

⁶ Para esclarecimentos: *Proust e os signos* foi publicado em 1964, *Diferença e repetição* em 1968 e *Francis Bacon: lógica da sensação* em 1981.

a realidade e o conceito e, desse modo, sujeitam o estético ao filosófico, resultariam, para o teórico brasileiro, na construção de um conceito autossuficiente, cuja lógica é submeter o particular a uma formulação com alcance geral. A mimesis, com sua racionalidade sensível, mantém-se ligada ao particular.

Costa Lima defronta-se com a tradição de “poetização do teórico” e propõe recentemente uma discussão sobre o “eixo conceitual” e o “eixo metafórico” da linguagem, Deleuze, por sua vez, embora afirme que a ciência, a arte e a filosofia sejam igualmente criadoras, postula que compete à filosofia criar conceitos, ainda que isto não lhe garanta nenhuma proeminência sobre as demais matrizes de conhecimento. Os dois pensadores ocupam, por assim dizer, posições distintas nas disputas intelectuais do século 20, especialmente no que diz respeito aos modos de se conceber e estudar a literatura na modernidade, tendo em vista as relações entre textos ficcionais e as realidades (e irrealidades) históricas. A discordância parece residir justamente no modo como “redefinem as condições do pensamento”, isto é, no modo como concebem e se inserem em uma Teoria do conhecimento e, por conseguinte, como se aproximam de seus objetos. Com efeito, como observa Deleuze no texto sobre o estruturalismo, um problema desenrola-se em função do modo como é colocado e do campo simbólico que tem à disposição para colocá-lo.

A disparidade das posições, dos horizontes entrevistados e dos tabuleiros onde jogam suas formulações teóricas, não impede, todavia, de considerar o debate sobre a mimesis, tal como remontado por Costa Lima, participante do questionamento epistemológico contemporâneo, com contribuição decisiva para pensar os modos e as condições com as quais o discurso literário pode se enunciar na modernidade. A despeito das dissonâncias inegociáveis, penso que a mimesis não deixa de se colocar como um evento da diferença. Afirmção que não implica em um arranjo conciliatório com vistas a aparar arestas ou minimizar o embate, mas um exercício propulsor para se examinar as linhas de força atuantes nos estudos literários nas últimas décadas. Se se trata de obstá-lo como um passo em falso, não teria como negá-lo, mas posso considerar, com o filósofo francês, que os jogos precisam sempre de uma casa vazia, sem a qual não se pode avançar.

Referências

BASTOS, Dau. *Luiz Costa Lima: uma obra em questão*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BLUMENBERG, Hans. *Descripción del ser humano*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

COSTA LIMA, Luiz. *Frestas: a teorização em país periférico*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ; Contraponto, 2013.

COSTA LIMA, Luiz. Luiz Costa Lima: história, vida, discurso. Uma entrevista com Luiz Costa Lima. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 3, n. 5, p. 265-276, 2010. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i5.100>.

COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis e modernidade*. Formas das sombras. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.

COSTA LIMA, Luiz. *Trilogia do controle*. O controle do imaginário. Sociedade e discurso ficcional. O fingidor e o censor. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

DELEUZE, Gilles. Bartleby, ou a fórmula. In: _____. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 80-103.

DELEUZE, Gilles. Como reconhecer o estruturalismo? In: CHÂTELET, François. *A história da filosofia*. Ideias, doutrinas. O século XX. Lisboa: Dom Quixote, 1977. p. 245-273.

DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon: lógica da sensação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5.

HANSEN, João Adolfo. Estranhando a semelhança. *In*: GUMBRECHT, Hans U.; ROCHA, João César de Castro (org.). *Máscaras da mimesis*: a obra de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1999. p. 179-200.

MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

PINTO, Aline Magalhães. Prefácio. *In*: COSTA LIMA, Luiz. *Limite*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Ed. PUC-RJ; Relicário, 2019. p. 13-21.

SCHWAB, Gabriele. Criando irrealidades: a mimesis como produção da diferença. *In*: GUMBRECHT, Hans U.; ROCHA, João César de Castro (org.). *Máscaras da mimesis*: a obra de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 115-138.

SUSSEKIND, Flora. A via negativa de Luiz Costa Lima. *In*: GUMBRECHT, Hans U.; ROCHA, João César de Castro (org.). *Máscaras da mimesis*. A obra de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.103-114.

WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Recebido em: 11 de agosto de 2020.

Aprovado em: 20 de outubro de 2020.